



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 242 -----

----- Aos nove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, pelas onze horas e dez minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão extraordinária comemorativa a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, para evocar os 30 Anos do Poder Local Democrático.-----

----- Não compareceram à sessão e não solicitaram substituição os Senhores Deputados Fernando Morais da Silva (PSD), Daniel Meira (PS), Áurea Mendes (PS), Acácio Maças (PS), António Rafael Timóteo (PSD), Vítor Timóteo (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Aguim, António Guilherme Andrade (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Henrique Lameirinhas Rodrigues (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Óis do Bairro e Mário Carreira Heleno (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----

----- Não compareceram à sessão mas solicitaram substituição, nos termos do art.º 11.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), aceite pela Mesa da Assembleia, o Senhor Deputado Álvaro Pereira (PS) substituído pelo Senhor André Beja Henriques, bem como o Senhor Deputado António Cavadas (CDS-PP) substituído pelo Senhor Anacleto Nogueira de Oliveira.-----

----- Igualmente não compareceu à sessão mas solicitou a substituição, nos termos do art.º 16.º do RAMA, aceite pela Mesa da Assembleia, o Senhor Deputado Sérgio Aidos (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, substituído pelo Senhor António Floro dos Santos Ferreira.-----

----- Na abertura da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia informou das substituições atrás referidas devidamente aceites pela Mesa da Assembleia, chamando a atenção para o facto de em reunião da Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais, ter ficado acordado que as intervenções terão a duração de dez minutos, aproximadamente, informando que a ordem do uso da palavra seria a seguinte: Grupo Municipal do CDS-PP, Grupo Municipal da CDU, Grupo Municipal do PS, Grupo Municipal do PSD, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anadia e para encerrar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado Anacleto Oliveira (CDS-PP) para fazer a sua intervenção, que começou por cumprimentar os presentes, passando a ler o discurso do Grupo Municipal do CDS-PP, o qual se transcreve na íntegra: "*CDS, Municipalismo e Poder Local, 30 anos de Poder Local. Um dos traços mais próprios de um partido democrata-cristão é o seu trabalho intenso nas Autarquias Locais. Isso não é importante apenas porque constitua uma base política indispensável a mais altos voos do partido a nível nacional. Não. Isso é uma condição do nosso próprio carácter e natureza. Não seremos democratas-cristãos sem esse envolvimento nas Autarquias Locais e morreremos democratas-cristãos sem esse envolvimento. Como democratas-cristãos, se ignorarmos e perdermos a implantação autárquica, por isso eu digo que a prestação do CDS nas Autarquias Locais não é só a medida da nossa força, ou fraqueza. É verdadeiramente a nossa prova de vida*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e de autenticidade. Da tradição portuguesa, retiramos o nosso profundo apego ao municipalismo. Essa é a célula vital da nossa democracia. Cada Município, cada Freguesia, é um alvéolo pulmonar da nossa vida política. Para ser próxima, para ser autêntica, para ser comunitária. E da nossa fonte personalista, da bagagem do personalismo comunitário, tiramos o sublinhado doutrinário dessa profunda convicção. Não somos assim municipalistas apenas porque o passado o fez. Somos assim porque sabemos que o presente e o futuro serão tanto melhores quanto melhor fizermos a gestão das coisas públicas a nível local. Não somos municipalistas por herança, mas por escolha, por conhecimento, por aposta. Fala-se muito da descentralização. Mas esta só avançará, a sério, mercê de uma maior maturidade das instituições a nível local e pelo maior envolvimento político da cidadania em resolver e organizar, em dirigir na escala mais próxima tudo aquilo que é mais relevante para a sua vida quotidiana. É preciso querer! É preciso fazer! E o CDS, os militantes do CDS-PP, têm que estar, e estão, na primeira linha dessa luta, dessa construção. Queremos instituições cada vez mais próximas de nós, na educação, na saúde, na acção social, na segurança. Instituições directamente responsáveis perante a comunidade que servem, instituições que testemunhem o dia-a-dia, o compromisso directo do e com o seu espaço humano envolvente. Acima desse patamar, só quando e onde nós não formos directamente capazes. É isso o princípio da subsidiariedade. Queremos também Autarquias cada vez mais fiscalmente responsáveis diante dos cidadãos, Autarquias que prestem verdadeiramente contas, para baixo e não para cima. Antes de terminar, gostaria, também, que o segundo aniversário de elevação de Anadia a cidade fosse comemorado com a importância que esta cidade merece. Para todos, um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado João Morais (CDU), que começou por cumprimentar os presentes, passando a fazer a sua intervenção, a qual se transcreve na íntegra: “Desde a Revolução de Abril, e nestes 30 anos de Poder Local Democrático que hoje aqui celebramos, têm estado em jogo duas formas diferentes de ver o Poder Local. Por um lado, os que, como nós, defendem a manutenção do carácter democrático, assente em regras colectivas e de representatividade, na defesa da sua autonomia e na participação das populações. Mas há, também, quem se incline para uma concepção de centralização, para a presidencialização das estruturas e para a perda da autonomia, tendo como objectivo transformar as Autarquias em extensões das políticas de favorecimento do capital e dos grandes interesses e em amortecedores de problemas sociais. É com este dilema essencial que o Poder Local democrático está confrontado quando se comemora o seu trigésimo aniversário. Na análise de evolução do Poder Local no Portugal pós 25 de Abril, o primeiro período foi marcado pela rotura com a ditadura, com a nomeação em amplas Assembleias de Comissões Administrativas, com uma grande mobilização popular na vida local e com a criação de formas de participação organizada, como foi o caso da criação, por todo o país, de centenas de comissões de moradores. No plano geral da sociedade, esse período coincidiu com grandes transformações revolucionárias e com uma grande afirmação do papel dos trabalhadores e do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

povo na construção de um Portugal melhor. Após a aprovação da Constituição de 1976 e a primeira Legislação de 1977, para o Poder Local foi fortemente influenciada por estes factores e tinha como características importantes a consagração da autonomia, a ampla participação dos órgãos, existência de conselhos municipais, possibilidade de delegação de competências nas comissões e associações de moradores. Em seguida, com a clara viragem a direita, infelizmente o Governo do Partido Socialista e com Governos de partidos da direita, entrou-se numa nova fase que se traduziu no não cumprimento da Lei das Finanças Locais, tendo as Autarquias sido esbulhadas pelo Poder Central de milhões de contos. Esta actuação foi agravada com a aplicação de nova legislação sobre a competência das Autarquias que, até agora, teve várias revisões, tendo como traços centrais a diminuição do número de eleitos nos diversos órgãos, a extinção de conselhos municipais, a marginalização das comissões e associações de moradores, o aumentar dos poderes detidos directamente pelo Presidentes e a redução do papel dos órgãos deliberativos. Ainda do ponto de vista do financiamento, a entrada na União Europeia e o acesso aos fundos estruturais, se por um lado permitiu novas origens de fundos, por outro criou condições para o acentuar do carácter de dependência face ao Poder Central é às instâncias comunitárias, com prejuízo para a autonomia administrativa e financeira do Poder Local. Esta questão, associada às políticas da União Europeia, é de primeira importância pois permite o controlo, a partir de Lisboa, de Bruxelas, dos projectos a desenvolver. E, tendo em conta as políticas discriminatórias aplicadas, limitou, e muito, a capacidade de iniciativa, a capacidade de realização e o carácter estruturante da acção, no que se refere às opções de desenvolvimento e à resolução dos problemas concretos das populações. Nestes 30 anos, é bom também não esquecer, que foi inviabilizada a criação das regiões administrativas e que representariam, a nível regional, a possibilidade de novas reformas de participação e de influenciar decisões. E eu aqui quero afirmar, uma vez mais, o que disse o Ex-Ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, e que foi Ministro das Finanças no Governo de Cavaco Silva, que ainda, bem recentemente, nas comemorações do Poder Autárquico, afirmou que se tivéssemos ido para a descentralização, hoje Portugal estaria mais desenvolvido e teríamos menos corrupção no nosso País. Continuando, a actual ofensiva em curso em Portugal contra o Poder Local de que a Lei das Finanças Locais, recentemente aprovada, é o principal instrumento, encontra expressão no estrangulamento financeiro com a redução de verbas a transferir e numa pressão permanente para a entrega, aos privados, de funções que actualmente se exercem a nível da Autarquia Local. O exemplo mais recente desta questão é o da conduta governamental relativamente aos sistemas de água e saneamento em que, com a aprovação da Lei Quadro da Água, se aponta, claramente, para a sua privatização e que, na nossa região, há já passos muito significativos nesse sentido. E eu aqui gostaria também de lembrar aos mais novos que a nossa Autarquia tinha a distribuição da rede eléctrica no nosso Concelho. Cedemo-la, por pressões governamentais, à EDP. Hoje os grandes accionistas da EDP são grupos internacionais, inclusivamente o grupo da Iberdrola, dominado pelos Espanhóis. Infelizmente é assim que eles vão tomando conta e vão entregando o nosso património aos grupos internacionais. A outro



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nível, quer o PSD quer, infelizmente, o Partido Socialista, apostam no reforço da presidencialização das Autarquias e da Parlamentarização das Assembleias, reduzindo a capacidade de intervenção e de geração de consensos a nível local e do reconhecimento de posições justas, prevalecendo uma lógica de pura aritmética partidária sem ter em conta os interesses das populações. Esta medida, a concretizar-se, visa, também, afastar cada vez mais as populações da vida e da acção do Poder Local. E não é demais lembrar que no espírito e na letra dos fundadores do Poder Local Democrático estava, como preocupação primordial, a participação popular, a participação dos trabalhadores, das mulheres e dos jovens, dos mais desfavorecidos da população, na vida social e política é uma condição indispensável para garantir o envolvimento das mais amplas camadas sociais, respondendo mais acertadamente ao desafio de criar condições para um Portugal melhor. Disso, poderiam ser bons exemplos iniciativas, se as houvesse, a partir da nossa Autarquia, com vista a um maior envolvimento, envolvimento das populações na luta em defesa do Hospital de Anadia. E aqui, eu gostaria de vos perguntar, e se o Senhor Presidente da Assembleia me permite, gostaria de fazer uma pergunta aos Vereadores do Partido Socialista que quando acompanharam os Deputados nas Eleições Legislativas no nosso Distrito, se alguma vez ouviram os candidatos a deputados dizer que iam encerrar Hospitais, Maternidades, Centros de Saúde com apoio permanente, Escolas. Penso que não, ninguém ouviu. Por isso, camaradas, companheiros e amigos, apenas me resta aqui dizer o meu desabafo. Este Governo é um Governo de mentirosos. Mas continuo. Estranho, é também negativo, é para salvaguardar interesses menores, uns e outros tenham impedido uma posição de força, atempada e unânime, deste órgão quanto a uma importante questão. Igual desafio está colocado perante mais esta triste novidade que o Ministério da Agricultura veio trazer à região de que irá virar baterias contra a Estação Vitivinícola da Bairrada, estrutura centenária, que tantos contributos tem dado à nossa região e que, infelizmente, também tem sido esbulhada no seu património. Com certeza que todos conhecem que vendeu-se terrenos. Será que este Ministério da Agricultura também quer que se venda património da Estação Vitivinícola para continuar a viabilizá-la? Penso que não. Nos aniversários, trocam-se presentes. O Povo de Anadia merece que esta Assembleia, no seu 30.º aniversário do Poder Local, seja capaz de, conhecendo e respeitando o que nos divide, se unir para convocar o Povo para uma acção de desagrado e protesto pelo encerramento das urgências do Hospital, enquanto é tempo e porque ainda há tempo. E, se me permitem, quero saudar daqui do meu coração, as minhas maiores saudações fraternais, para aquele movimento que, em poucos dias, recolheu milhares de assinaturas e que teve a coragem de as entregar na Assembleia da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, ao Ministro da Saúde, bem como na Presidência da República. Para eles, as minhas saudações fraternais e o meu apoio e o apoio do meu Partido que está ao lado da população do Concelho de Anadia em defesa do Hospital. Minhas Senhoras e meus Senhores, estamos a celebrar os 30 anos do Poder Local Democrático. Esta é, ainda é, uma das maiores e mais bonitas e proveitosas realizações do 25 de Abril. Nestes 30 anos, dezenas de milhar de homens e mulheres contribuíram para construir o tal



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sonho de um Portugal melhor. Desde as últimas eleições autárquicas, também nós procuramos contribuir para isso. Nesta Assembleia Municipal, apesar de tudo, tem valido a pena encontrar os caminhos adequados para a concretização do sonho, é o nosso grande desafio. Viva o Poder Democrático! Viva o PCP! E quero daqui saudar, Festas Felizes e um Bom Ano para todo o Povo de Anadia e para todo o Povo de Portugal.”-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal (PS), que começou por cumprimentar os presentes, tendo, depois, passado à sua intervenção, que se transcreve integralmente: *"É com muito gosto que me associo ao coro de elogios ao Poder Local que, neste dia de comemoração dos seus 30 anos, se deve ouvir por todo o país. São elogios merecidos porque, graças ao Poder Local, os portugueses têm ganho muito em termos de infra-estruturas básicas e de qualidade de vida. Assim como em termos de participação política mais alargada. E, nesta medida, o Poder Local foi um dos factores mais importantes de consolidação do regime democrático. Podemos estar orgulhosos pelo muito bom e bom que foi feito no âmbito do Poder Local. Mas devemos, também, estar conscientes das suas limitações e dos erros revelados nesta experiência de 30 anos. A nova Lei das Finanças Locais, agora aprovada na Assembleia da República, pretende justamente prevenir e superar alguns desses erros e limitações, nomeadamente o descontrolo das despesas que se verifica em vários Municípios. Todos conhecemos exemplos de gastos supérfluos e populistas em obras de fachada em vez de melhoramentos, que dão menos nas vistas, mas são mais importantes para a qualidade de vida dos cidadãos. Por isso, somos a favor desta lei. E por isso, também, condenamos a oposição de diversos partidos, em especial a do PSD, pelas suas especiais responsabilidades, tanto a nível nacional como nesta Assembleia. O Poder Local não pode ficar à margem do actual esforço de consolidação financeira que envolve toda a administração pública. E o desafio para todos, a nível central ou a nível local, é fazer mais e melhor obra com o mesmo dinheiro. Esta nova Lei das Finanças Locais abre, por outro lado, novas perspectivas na gestão municipal, a qual deverá ser orientada cada vez mais para a prestação de serviços aos cidadãos, nos domínios da educação, da saúde, da acção social, e tudo isto num quadro orçamental mais rigoroso e transparente. Esperemos que a Câmara Municipal esteja à altura destas novas perspectivas. As Autarquias Locais são o palco mais descentralizado de exercício da democracia. E é com dois exemplos recentes, um positivo e outro negativo, que pretendo ilustrar o exercício da democracia no nosso concelho. Começo pelo exemplo negativo. O Presidente da Câmara continua a manter em segredo a proposta de revisão do Plano Director Municipal. Daí que os cidadãos ignorem totalmente o que dela consta, bem como a estratégia subjacente e porque é que há tantos anos tal proposta não consegue ser aprovada. Vejamos o contraste. Em Lisboa, a proposta de revisão do PDM está disponível para consulta na Internet. Mas em Anadia é sonogada, não só aos membros desta Assembleia, que formalmente a requereram, como até – pame-se! – aos Vereadores da oposição que deviam ter participado na sua elaboração. Agora o exemplo positivo. A Câmara Municipal de Anadia foi consultada pelo Governo a propósito do eventual encerramento do serviço de urgências no Hospital José Luciano de Castro. Neste caso,*



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos os Vereadores, quer da maioria quer da oposição, participaram na elaboração e aprovaram, por voto unânime, a resposta enviada ao Governo. Em múltiplos assuntos não é de esperar uma tal convergência entre maioria e oposição, pois até é salutar que se manifestem diferentes alternativas. Mas este foi um bom exemplo em que todas as forças se uniram na defesa da qualidade dos serviços prestados pelo nosso hospital. Era com esta nota simpática e elogiosa que eu gostava de terminar a minha mensagem. No entanto, lamentavelmente e para mim inexplicavelmente, o Senhor Presidente da Câmara rompeu o consenso obtido, desdizendo o documento que ele mesmo tinha sido o primeiro a assinar. Isso não impede que deixe aqui os meus votos finais para uma nova era de bom exercício democrático do Poder Local em geral e, em particular, pela prosperidade do nosso concelho. Muito Obrigado.”-----

----- Imediatamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Veloso (PSD), que iniciou cumprimentando os presentes e passando seguidamente à sua intervenção, a qual se transcreve na íntegra: "O PSD tem orgulho em associar-se às comemorações do trigésimo aniversário do Poder Local, porque muito tem contribuído para ele, provavelmente a força mais dominante desde o 25 de Abril. Comemorar o Poder Local, um dos principais pilares da democracia, é uma oportunidade para lembrar e celebrar os progressos dos povos e, naturalmente, do povo português. Este poder tem conhecido, nos últimos tempos, em Portugal, um considerável incremento. No passado, foi diminuída e limitada a sua importância e esfera de acção. Foram os tempos da concentração e da dominação – sinais próprios desse tempo. Porém, a democracia chegou e, com ela, a repartição e partilha do poder e das responsabilidades. Para um país muito centralizado, como era Portugal em 1974, houve um enorme progresso em matéria do Poder Local. É bom lembrar, que tempo houve, em que os Presidentes de Câmaras Municipais eram designados pelo Governo Central, sendo os titulares escolhidos entre as pessoas afectas ao regime. As transformações que ocorreram na sociedade portuguesa, com a Revolução de Abril, criaram condições para que as Autarquias readquirissem a importância perdida e a possibilidade de se tornarem espaços de poder em liberdade e em participação. O Poder Local viu as suas competências acrescidas e o seu fortalecimento associou-se estreitamente à democratização geral do País. Nas transformações que afectaram, recentemente, a vida social, esta parece ser a que menos «regressos» sofreu, ainda que, as suas relações com o Poder Central tenham sido, e continuem a ser, frequentemente recheadas de conflitos. Depois de 1974, o Poder Local foi sendo construído a pouco e pouco mas de forma muito consistente. Foram generalizadas as práticas democráticas para a designação dos órgãos locais correntes na Europa democrática, tendo os processos de aprendizagem sido rápidos. Hoje, os hábitos respectivos estão consolidados. Por outro lado, os resultados práticos são visíveis: as pessoas vivem melhor, os equipamentos multiplicam-se, o País ficou, seguramente, mais coeso em termos territoriais. Muito se tem, ainda, de andar porque surgiram desafios novos de natureza diversa. As Autarquias têm de participar mais na consolidação da base económica dos Municípios e assumir um papel mais determinante na preparação dos jovens portugueses na educação e na formação. Todas as Autarquias acabaram por preparar um dos



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seus instrumentos fundamentais, os Planos Directores Municipais. Porém, é preciso, a partir de agora, elaborar uma segunda geração desses mesmos Planos, muito mais ligados ao progresso e qualidade de vida dos concelhos, mais realistas e, também, mais participados. Os órgãos do Governo Autárquico e o seu funcionamento têm de ser progressivamente melhorados, bem como o aparelho administrativo em que se apoiam. Toda a edificação institucional do Poder Autárquico não está concluída, devendo caminhar para um processo de melhoria progressiva. O País deve muito aos milhares de Autarcas que o serviram. Ainda assim, tem que ser impelido de modo a forçar o progresso, no sentido do robustecimento do papel das instâncias locais. Para que isso aconteça, a ligação entre o que se faz e os meios disponibilizados para o fazer, têm de ser progressivamente mais directos, daí a necessidade de uma nova Lei, e reforço essa ideia, ao contrário do meu antecessor, que o disse aqui, reforço a necessidade de uma nova Lei das Finanças Locais que liberte os Autarcas e lhes permita arrojo e inovação. É fácil reconhecer o trabalho excelente da imensa maioria dos Autarcas ao longo das últimas décadas. Mas é primordial manter um equilíbrio exigente em relação à evolução do papel das instituições que têm de se processar num quadro de estabilidade, que tem muitas vezes faltado, e não de imobilismo nem de conflituosidade, como tem acontecido. Temos de evoluir provavelmente com um novo desenho das nossas instituições e de procedimentos dinâmicos que nos ajudem a melhorar o funcionamento democrático, levando, conseqüentemente, a uma maior responsabilização dos eleitos e à participação dos eleitores que permitam, a todos, atingir patamares de qualidade de vida mais elevados. E para fazer face aos tempos conturbados que vivemos temos de estar preparados para uma possível e cuidada readaptação a uma eventual escala mais apropriada aos tempos e aos meios que dispomos para a atingir. Em suma, o Poder Local permite o crescimento da democracia e a assunção plena da cidadania. É necessário e urgente que o Poder Local expresse um novo conceito de desenvolvimento, com regras claras, que possam aprofundar, aproximar, democratizar e que revelem uma ascensão ética de serviço público e combate aos interesses ilícitos. O Poder Autárquico deve ser encarado como um serviço abnegado e, simultaneamente, um bem para o desenvolvimento das comunidades. Um Poder Autárquico mais próximo dos cidadãos, é um dos sinais mais saudáveis da democracia. Que os munícipes se revejam nos seus autarcas e que estes procedam de forma a ir ao encontro dos seus anseios e aspirações. É, pois, o mundo autárquico o último bastião da particularidade, do singular, do orgulho local, perante uma globalização que nos vai e que procura aterrorizar toda a gente. Viva o Poder autárquico! Viva os Autarcas!"-----

----- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por cumprimentar os presentes, passando à sua intervenção, a qual se transcreve: "Não venho, naturalmente, com discursos feitos, até porque o Presidente da Câmara, dado o título e a razão da reunião, 30 anos de Poder Autárquico, imaginava, mesmo, que à partida aparecessem aqui, naturalmente, assim umas bicadas, no sentido de pôr em causa a gestão de milhares de Autarcas ao longo destes 30 anos. E, se é facto que há uns bons, há outros menos bons e há outros que nem seriam desejáveis, como é lógico. Mas, parece que não posso fazer, neste



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

momento, um juízo dessa natureza. É a terceira vez que sou eleito e parece que o povo deste concelho ainda não encontrou realmente razão, com todos os argumentos que a própria oposição possa ter, para encontrar um substituto deste Presidente. Portanto, eu continuo a pensar, e desculpem-me esta insistência, que estou bem no meu lugar. Assim quis o povo de Anadia. E, se realmente o discurso não é assim fluente, não é uma leitura, porque não pode ser, a própria ocasião não o aconselha. Eu vou começar, rapidamente, aqui, a comentar, se me permitem, o descontrolo do Partido Socialista, quando habitualmente fala de desaires do seu próprio Partido, da sua própria governação. Mas, há uma coisa que eu não entendo. Nesta Assembleia sou confrontado por elementos, e nomeadamente pelo orador do Partido Socialista, por problemas do PDM, que em Lisboa é tudo muito rápido. O Senhor devia estar realmente em Lisboa, Senhor Deputado, é que eu tive uma avaria ontem aqui da EDP, que deixou sem água o meu Hospital, o nosso Hospital, por enquanto, e, curiosamente, a ligar desde ontem de manhã, se foram os privados que o fizeram, até há bocadinho, nunca ninguém de Lisboa se decidiu vir aqui arranjar essa maldita avaria que tantos incómodos, tantos prejuízos causou à população. Foi preciso, realmente, o Presidente da Câmara, com conhecimento dessa situação, contactar com dirigentes da própria EDP e, aguardando no local, para fazer a respectiva correcção, que, felizmente, já está. Mas se falo de Lisboa, falo porque me fala do PDM de Lisboa. O Senhor Deputado ainda não entendeu que Lisboa é que é o país, Anadia não. Porque eu não tenho as regalias. Lisboa nem uma Reserva Ecológica tem, percebeu. E, quando vimos que em Lisboa há vales, há rios, há zonas arborizadas, logicamente que também devia sofrer penalizações quando as afecta. Lá não há nada a ver. Aqui temos isso tudo. E é por essa razão e continue, Senhor Deputado, a mandar cartinhas à Inspeção-Geral, a dizer que o Presidente da Câmara de Anadia não mostra o PDM. Não mostra porque não o tem. Lisboa ainda não se dignou dar o documento que lhe dou a conhecer, já lho disse. Mas, mesmo assim, também já lhe disse, que há partes do PDM que nós já realizámos. O Senhor, por escrito, peça-as que eu dar-lhas-ei. Não ande aí a lamentar-se que as pessoas não acreditam em si. Porque a verdade é esta, não temos nenhum documento, não lho podemos apresentar. A queixa que apresentaram, entre muitas, os Deputados do Partido Socialista, ainda não sofreu eco. Veio aí a Inspeção-Geral, não me perguntou por isso, todas essas coisas, é porque eles não encontram razão de ser. Eu não posso apresentar um documento que não tenho. Depois, fala em coisas positivas porque lhe agrada dizer que é positivo o Presidente da Câmara estar com o seu Partido, o PS, na defesa dos interesses do Hospital de Anadia. Claro, se o PS defende, naturalmente, a manutenção das urgências do Hospital, eu estou de acordo, mas se ele defende ainda mais alguma coisa para o Hospital de Anadia, como o fez claramente, não tenho dúvidas, poderei esclarecer isso um dia à comunicação social. Se é para melhorar, se é para ter ainda mais alguma coisa além das urgências, o Senhor está a ver um Presidente da Câmara deste Município a discordar naturalmente dessas melhorias? Não posso discordar, tenho de subscrever o documento, até porque o documento é colectivo. Mas não foi bem esse documento que eu comentei. Foram outros documentos que vêm sendo tornado públicos na comunicação social e que não o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nosso/vosso documento. Ora bem, isto para lhe dizer o quê. Não vale a pena estar aqui a intoxicar a opinião pública. A própria Direcção Regional de Saúde, disse-me claramente em várias reuniões que tive, que eles é que dizem aquilo que efectivamente o PS propõe, que se calhar quer uns Hospitais da Universidade de Coimbra n.º 2 sedeados aqui em Anadia, com todas as aparelhagens cirúrgicas, com todos os corpos médicos, afinal é o que vocês pedem, uma tal SMUC, Serviços Médico-Cirúrgicos. Ouça, tomaremos nós, e ficaremos contentes, o povo de Anadia é exigente mas também sabe que não vale a pena lutar contra um Governo que não ouve ninguém, nem os próprios elementos do Partido Socialista que insistentemente escrevem no jornal a dizer que não estão de acordo e que vão ter de pagar isso muito caro, está na comunicação social todos os dias. Portanto, meus caros amigos, há realmente uma reacção positiva da Câmara e essa reacção está sempre presente na pessoa do Presidente da Câmara. Está disponível e tem convites para ir, inclusivamente, com o Ministro da Saúde, que estava marcado para o dia 18 de Dezembro, a Espanha, e agora foi-lhe alterado para o dia 9 de Janeiro. Portanto, nós estamos atentos, mas digo-lhe Senhor Deputado, e caríssima Assembleia, estou muito preocupado porque quando foi do encerramento de Sangalhos, do SAP, aquela redução do SAP de Sangalhos, fui a uma reunião nessa manhã, uma reunião para me dar conhecimento de uma coisa, quando na verdade já estava feita, já tinha sido feita a tal subtracção de serviços a Sangalhos. É este tipo de coisas que, chame-lhe positivo, chame-lhe negativo, o Presidente da Câmara não alinha, não veio aqui nos trinta anos do Poder Democrático, não veio para aqui para fazer política, nunca a fará. Veio aqui para trabalhar e para falar do Poder Democrático e sua evolução, para falar, naturalmente, das grandes vicissitudes, que eu, como Autarca, encontro no Poder Democrático. É sobre isso, aquele bocadinho que vos reservei, é para eu não ficar para aqui embatucado, para não pensarem que eu não tenho resposta, tenho resposta, porque a minha, e toda a gente reconhece, a minha gestão, a gestão deste Concelho é transparente, toda a gente o sabe e, portanto, é nesse sentido que tenho de me defender dado, se é um local de acusação, logicamente, apesar de estar eu deste lado, também tenho o direito de me defender. Mas falemos, como disse, do Poder Local. São trinta anos de Poder Local. É muito ano. Realmente eu também sou de acordo, muitas coisas em trinta anos deviam ter mudado. Mas naturalmente aquilo que nós verificamos é cada vez mais mudar para pior. As nossas competências: o Presidente da Câmara daqui a mais está a trabalhar só para o Estado, para os Governos, porque eles dão tanta delegação de competências, que a gente não tem tempo de cumprir a nossa obrigação. Neste momento, nós temos um quadro de 54 professores, estamos a fazer um trabalho que o próprio Ministério se propõe fazer. Isto é um trabalho da Câmara e, contrariamente àquilo que muita gente possa dizer, a Câmara de Anadia precisa de pessoal, a Câmara de Anadia não esbanja, tem dinheiro para fazer frente aos seus projectos e eles são brilhantíssimos. Incomoda muita gente, em especial os da oposição. O Senhor já viu uma obra que vamos fazer em Sangalhos, no período morto dos apoios do FEDER, entre Quadros Comunitários, o Senhor já viu isso. Há realmente situações que são inadmissíveis e que não deveriam ser chamadas para aqui, num dia que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deveria ser de grande alegria porque, felizmente, vocês hoje, e foi dito aqui já por outros oradores, têm a capacidade de eleger os vossos dirigentes, só por isso, já é muito bom, já foi muito bom termos o Poder Democrático a funcionar. Agora, que as suas competências se vêm diluindo, se vão desaparecendo no dia-a-dia, eu não tenho dúvidas. Aquilo que por aí se chama globalização também está a chegar às Câmaras Municipais. Nós somos uma mera marioneta, daqui a mais, aqui quem decide é tudo lá em baixo: decide sobre o nosso PDM, como se dizia, decide sobre os nossos funcionários, porque todos dizem vamos correr com os funcionários públicos e quem é que nos faz os PDM, quem é que nos passa as licenças de caça, quem é que faz essas coisinhas? Serão os privados? Claro que esses não têm vocação para isso. Meus amigos, hão-de pôr funcionários públicos na rua e daqui a pouco tempo terão de os contratar porque encontram os estabelecimentos, as instituições vazias de pessoal. Há que pensar se realmente o défice é que resolve tudo. Eu digo uma coisa, retirem o dinheiro todo às populações, que é aquilo que está a acontecer, daqui a mais tempo temos uma pobreza aí por todo o concelho, retirem-lhe o dinheiro e depois, no fim, digam exactamente aquilo que sobra. A gente quer, precisa, naturalmente, é de desenvolvimento económico. Ele não nos é proporcionado. Nós somos controlados em tudo, tudo. Não há nada aí, qualquer coisa e lá estamos a ser chamados pela Inspeção-Geral das Autarquias Locais. Aí não se pergunta quantos funcionários públicos há, porque também são funcionários públicos. Vejam, essas operações furacão, estou a favor disso tudo, todos têm de pagar impostos, eu também os pago. Mas meus amigos, parece que se faz show off com essas coisas. Então, o que é que estiveram a fazer até aqui? É preciso vir na comunicação social. Não. O que é preciso é agir e agir contra aqueles que, naturalmente, não cumprem a Lei, porque se todos a cumprissem, se calhar, esse problema seria muito inferior. Portanto, as Câmaras, essas estejam tranquilas não têm endividamentos especiais. Reparem, chegou-se às Câmaras, as Câmaras se quiserem fazer determinado tipo de despesas tinham de ter nas Finanças Locais, eles lá vão emendando qualquer coisa para a melhorar, tinham de ter a assinatura de 3 Ministros, imaginem. Tenho o documento. Realmente, têm uma confiança no Presidente da Câmara de Anadia, e eu falo por mim, que é de espantar. Se ele fosse do PS, talvez não tivesse esses problemas, porque eu muitas vezes até me questiono, porque é que encerram as urgências de Anadia e não encerram as urgências em Águeda. Tenho todo o direito de pensar, pois alguns têm razão falam e eu, com tanta razão, porque estou queixoso, tenho menos a urgência, naturalmente que digo: está lá um Autarca do Partido Socialista. É isso que eu às vezes penso e ninguém ainda me convenceu do contrário. Porque tratar Anadia como têm tratado ou como pretendem tratar é grave. Duma assentada, acabam com instituições centenárias, algumas onde se continuam a gastar milhares e milhares de contos. É o caso do Hospital, é o caso da Estação Vitivinícola. A comissão dos vinhos, aquela que realmente há-de controlar a qualidade dos vinhos, não se sabe, mas aqui é que ela provavelmente não vai ficar. Irá para Viseu, onde outros valores mais altos se levantam, políticos naturalmente, serão mais. É isso que o Partido Socialista local se devia incomodar porque estamos, realmente, a ver, todos os dias, o nosso concelho a perder



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

instituições de peso e que, naturalmente, dão trabalho a muita gente e engrandecem o concelho. Não concordo minimamente quando se diz que esta Lei das Finanças Locais resolve os problemas das Autarquias. Nós, este ano, recebemos exactamente o mesmo do ano anterior. Porquê? Porque ainda não houve tempo de dar a machadada. A legislação não acompanhou a vontade do Governo, portanto, lá nos vão dando o mesmo. Não se preocupem. Mas é um problema que eu quero dizer. A saúde financeira do meu Município, do Vosso Município, é ótima, não se preocupem. Não estamos como o Governo. Não temos de parar com investimentos para conter o nosso défice. Esteja tranquilo. Nós queremos é investir. Temos dinheiro suficiente para o fazer e estamos com projectos ambiciosos para o conseguir. Portanto, o Poder Democrático Local existe e aqui em Anadia vai funcionar da mesma maneira como tem funcionado. Só para terminar, quero-lhe dizer que no Poder Democrático, e como sei que realmente nem todos os Autarcas têm os perfis adequados à governação do seu território, mas Anadia teve sorte porque até tem uma oposição, finalmente, acutilante, sempre permanente. E eu, nesse sentido, e é por isso que concordo no positivo, nesse sentido conto com eles para defender as urgências do Hospital de Anadia, porque todos seremos poucos para o conseguir e aí, estou convencido, que graças à posição estratégico-política que o PS tem em termos de governação, isso vai ser possível porque, se não for possível, é um sinal mesmo de fraqueza dos elementos do Partido Socialista que aqui, e todo o ano, ou neste mandato, vão dando a cara pelo seu Partido e que, naturalmente, às vezes se não conseguirem defender a sua terra, torna-se inglório vir a esta Assembleia. Quero terminar, para lhe dizer, claramente, que estou tranquilo. Muitas coisas acontecem. É que eu já sou, realmente, um repetente em Poder Autárquico, quase tantos anos quanto o Poder Local. Eu comecei na Junta de Freguesia e andei por aí sempre. Mas, sinceramente, parece que o Presidente da Câmara nunca governou tão mal como agora. São inúmeras as queixas do PS no IGAT: ele fez isto, fez aquilo, ele é empresário. Graças a Deus, continuo incólume e terei de continuar porque a minha posição não é a da minha defesa pessoal mas sim a defesa dos interesses, naturalmente, do meu concelho. Muito Obrigado Senhor Presidente".-----

----- Por último, interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia, cujo discurso se transcreve na íntegra: "Comemoramos hoje, em sessão extraordinária da Assembleia Municipal, os 30 Anos do Poder Local Democrático. É um lugar comum, dizer-se que a instituição de um poder local autónomo e democraticamente legitimado constituiu uma das principais inovações da nossa actual Constituição. Todavia, há evidências que têm por vezes de ser reiteradas, sobretudo em momentos como o actual, em que o comemoramos, mas que em paradoxo se assiste a sinais contraditórios quanto à sua importância. É, pois imperioso recordar que, após a Revolução dos Cravos, o novo poder autárquico se deparou com um cenário em que, sem exagero na afirmação, "quase tudo estava por fazer". Na verdade, nessa altura o País encontrava-se, de forma geral, desprovido de serviços e de infra-estruturas tão básicos e essenciais como a distribuição de água ao domicílio, o saneamento básico, a energia eléctrica ou as vias de comunicação, entre outros. No que concerne à vida cultural do País, a mesma



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

traduzia-se em pouco mais do que esporádicas manifestações populares. De facto, as carências eram absolutas e ao Poder Local competia assumir uma parcela significativa da responsabilidade de colocar as suas terras e Portugal no rumo do crescimento e do desenvolvimento. E, há que dizê-lo sem rodeios, que as autarquias locais e que os autarcas, souberam estar à altura do desafio! Souberam cooperar determinantemente com os Poderes Central e Regional para o total rejuvenescimento do País, envolvendo-se de forma empenhada e activa, não apenas na construção e gestão das principais infra-estruturas colectivas, mas também na promoção da alfabetização e da escolaridade, da equidade social, da igualdade de oportunidades, da valorização da cultura, do desporto, da segurança e do lazer. A verdade é que, ao tomarem em mãos tais tarefas, os autarcas do nosso País, têm apresentado um invejável grau de eficiência, eficácia e qualidade na utilização dos recursos públicos postos à sua disposição, sem qualquer paralelo ou comparação nos restantes níveis da Administração Pública Portuguesa. Este é aliás um ponto em que se deve insistir, de modo a contrariar ideias erradas, que alguns têm querido fazer singrar com evidentes segundas intenções. Não é por mero acaso que, nos últimos tempos, de forma insistente, têm vindo a público notícias lançadas por alguns que tudo têm feito para denegrir e lançar anátemas sobre os autarcas, com o intuito claro de lançar a confusão, assumindo que a arvore é a floresta, o que é negativo e está profundamente errado. A floresta é composta por várias arvores, de espécies diversas, que também têm arvores doentes, é verdade, mas estas são a excepção e não a regra. E se é verdade que as arvores doentes devem ser erradicadas, por maioria de razão, as arvores saudáveis devem ser preservadas e estimadas. A verdade incontornável, quanto à importância e ao papel fundamental das autarquias locais, é que os números falam por si. Se nos detivermos na análise atenta dos mais recentes dados oficiais, publicados pela Direcção-Geral da Administração Local, atinentes ao ano de 2004, facilmente constatamos que: 11,1% do total das receitas dos vários níveis da Administração Pública foram arrecadadas pelos municípios; mas, em contrapartida, a despesa anual dos municípios representou apenas 9,9% do total daquele universo; 43,9% de todo o investimento da Administração Pública nacional foi realizado pelos municípios; o saldo financeiro dos municípios foi positivo em cerca de 25 milhões de euros, enquanto a restante Administração Pública gerou um défice de cerca de 6.819 milhões de euros; no final de 2004, a dívida financeira do Estado, ou seja, de toda a Administração Pública, ascendia a aproximadamente 84 mil milhões de euros, enquanto que a dívida financeira do conjunto dos municípios totalizava pouco mais de 4 mil milhões de euros, ou seja, um valor que não chega a representar 5 por cento do total; fruto da limitação e disciplina imposta aos municípios, pela introdução da regra do endividamento líquido nulo, os municípios mantiveram sensivelmente inalterada a sua dívida financeira; todavia, de acordo com os dados constantes do Relatório do Orçamento do Estado para 2007, a dívida financeira da totalidade da Administração Pública está estimada em cerca de 103 mil milhões de euros, ou seja, em apenas dois anos a dívida total do Estado crescerá cerca de 20 mil milhões de euros. Apelando, pois, à mais elementar justiça nesta apreciação, o mínimo que se pode afirmar é que, inequivocamente, os fundos públicos



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

postos à disposição do Poder Local são mais bem geridos. Os números não mentem, o Poder Local faz uma melhor gestão do que faz a generalidade da Administração Pública. Pode haver um ou outro exemplo menos positivo na gestão autárquica, o que não sendo desejável é normal, mas a Administração Central, ao contrário, os exemplos de desperdício são a regra e não a excepção. Neste contexto, convém trazer à colação, até porque a mesma já foi aqui trazida por outros oradores, a nova Lei das Finanças Locais, aprovada à pouco menos de um mês pela Assembleia da República, na sua generalidade e na especialidade. Uma lei que, no essencial, se traduz no maior ataque de que há memória ao poder autárquico e ao municipalismo. Uma lei que foi reprovada por 95 por cento dos autarcas de todos os Partidos Políticos, reunidos no Congresso Extraordinário da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Uma lei que criou um estado de confrontação aberta entre os diversos patamares do Estado, nomeadamente entre o Poder Central e as autarquias locais. E isto acontece numa matéria em que se exigia um esforço de concertação entre todos, para que brotassem as soluções mais adequadas à defesa dos interesses dos cidadãos. A verdade, nua e crua, é que enquanto uns acreditam nos méritos da descentralização e da autonomia do Poder Local, outros tudo fazem para a colocar em causa, numa lógica de jacobinismo centralista, tão presente no código genético de certos partidos políticos. Nenhum de nós ignorava que o modelo de financiamento autárquico estava desajustado e que não correspondia às exigências dos dias de hoje. Esta, era pois, uma excelente oportunidade para mudar de modelo. O momento era de se evidenciar capacidade para tomar decisões de fundo. De implementar soluções que permitissem mudar o paradigma do financiamento, permitindo às autarquias locais depender cada vez menos dos financiamentos ligados ao sector imobiliário. A altura era de demonstrar sentido de modernidade e seguir os ensinamentos que se podem retirar de boas práticas implementadas noutros países europeus. Mas, desafortunadamente, esta nova Lei das Finanças Locais, redundou numa oportunidade perdida, por falta de visão estratégica e por ausência de vontade política, de quem faz da confrontação "o alfa e o ómega" da governação. Para a história ficará uma lei que, apesar de conter alguns aspectos positivos, é verdade, poucos, mas é verdade, é, sobretudo, uma Lei injusta e penalizadora, que irá acentuar as assimetrias entre os municípios mais ricos e os municípios mais pobres, e da qual se espera que tenha um curto prazo de validade. A data em que comemoramos os 30 do Poder Local Democrático é também uma data simbólica para o nosso Concelho, em especial para a nossa Cidade. Com efeito, faz precisamente dois anos que a Assembleia da República aprovou o Projecto de Lei da elevação de Anadia a cidade. A este propósito, permitam-me que, daquela iniciativa legislativa, destaque algumas passagens que considero importantes de reter e que passo a citar: "(...) A importância deste espaço foi reconhecida ao longo dos séculos por todos quantos aqui interagiram, num esforço contínuo de investimento em prol do progresso e da qualidade de vida dos seus habitantes"; "A presente caracterização revela a existência da dinâmica que tem sido o suporte do crescimento e desenvolvimento integrado que Anadia consolidou e vem ampliando." Sem querer fazer um balanço, que nesta fase não tem lógica de ser, importa no entanto reflectir



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre a actualidade. Uma reflexão necessariamente efectuada sob dois pontos de vista, sob duas dinâmicas distintas: uma dinâmica interna e uma dinâmica externa. No que respeita à dinâmica interna, não ficam dúvidas quanto à capacidade de realização dos executivos camarários anadienses. As obras estão à vista. A Cidade e o Concelho evoluem permanentemente e os níveis de desenvolvimento estão bem patentes. No que se refere à dinâmica externa, a pergunta a colocar é: tem a administração central correspondido às necessidades e às exigências do Concelho? Para mim, a resposta não deixa dúvidas – Não!!! Na realidade, na minha óptica o Estado Central não tem conseguido acompanhar o ritmo da nossa dinâmica interna. Não quero afirmar, de forma peremptória, que Anadia está a ser prejudicada, mas queria afirmar, com preocupação, que tal pode vir a ser verdade. Além disso, sob a nossa Cidade, sob o nosso Concelho, pairam nuvens de negativas certezas e de grandes e inquietantes incertezas... A política nacional de encerramento generalizado de serviços já atingiu a nossa terra. Mesmo aqueles que depressa se apressaram a dizer que tal não iria suceder e que estávamos perante especulação e demagogia jornalística e política, estão desconfortavelmente rendidos às incontornáveis evidências. Primeiro, foi o encerramento do SAP de Sangalhos. Muito em breve, tal como se suspeitava, o encerramento do Serviço de Urgências do Hospital Distrital de Anadia será uma verdade. Uma dura e cruel verdade que atinge o coração e a alma dos anadienses. Uma decisão inaceitável e incompreensível que todos irá prejudicar, mas que terá uma incidência mais profunda nos mais carenciados, nos mais necessitados, muito especialmente nas crianças e nos idosos. É lamentável, que o Estado ignore a sua obrigação de prestar continuamente cuidados de saúde de qualidade, com proximidade e eficiência, assegurando o bem-estar e a qualidade de vida das populações. Veremos, o que o futuro nos irá reservar. Estaremos vigilantes! São estas dificuldades e estes desafios que obrigam os autarcas a ser cada vez mais exigentes, mais rigorosos e mais atentos. E isto aplica-se aos Autarcas das câmaras municipais, mas, também, aos das juntas de freguesia, os mais próximos das pessoas, mas também, muitas vezes, os mais esquecidos, contudo, aqueles que também foram igualmente essenciais na construção da nossa democracia participativa e a quem eu queria, obviamente, cumprimentar muito calorosamente. Como referi na minha intervenção aquando da tomada de posse dos órgãos autárquicos, há cerca de um ano atrás, a actuação dos autarcas locais deve ser norteada "pela vontade de proporcionar aos Munícipes a qualidade de vida por que anseiam e a que têm direito." Disse na altura, e reforço novamente, que a "política que vale verdadeiramente a pena, não é a das meias verdades ou das aparências, mas aquela que se traduz em decisões concretas para bem daqueles que em nós votaram e que em nós confiam. A razão da política são as pessoas!" E esta é, de facto, a melhor forma de comemarmos diariamente o Poder Local Democrático. Termino, com uma citação de Marco Aurélio, imperador romano e filósofo estóico, que viveu entre os anos 121 e 180 (DC): "Se desempenhas a tarefa que tens entre mãos de acordo com os ditames da razão, com seriedade, com vigor, com calma, sem deixares que coisa alguma te distraia, mas mantendo limpa a parte divina de ti mesmo, como se a tivesses a devolver nesse preciso momento, sem esperar nada



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas satisfeito por estares a fazer o que a natureza te manda, dizendo a pura verdade em cada palavra que murmuras, viverás feliz. E nenhum homem te pode roubar a felicidade." É esta a tarefa que cabe aos autarcas. Desempenhar a sua tarefa com razão, justiça, equilíbrio, seriedade e vigor, entenda-se dinâmica, com o objectivo, primeiro e último, de proporcionar aos munícipes mais e melhor qualidade de vida, pois a razão da política são as pessoas! Viva o Poder Local Democrático! Viva Anadia! Viva Portugal!"-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, o mesmo agradeceu a presença de todos, desejando Bom Natal e Boas Entradas, votos que disse seriam reforçados na sessão ordinária de vinte e três de Dezembro próximo, e declarou encerrada a sessão, quando eram doze horas e cinquenta minutos, da qual, para contar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -
